

# Relatório Anual 2019

## Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Cerrado - Sicredi Vale do Cerrado

Diretoria Executiva de Administração  
Superintendência Contábil e Fiscal



## **RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos  
Administradores e Associados da  
**Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Cerrado - Sicredi Vale do Cerrado**  
Campo Verde/MT

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Cerrado - Sicredi Vale do Cerrado (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações de sobras, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Cerrado - Sicredi Vale do Cerrado em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 09 de março de 2020

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC – 2SP015199/O-6



Américo F. Ferreira Neto  
Contador CRC-1SP192685/O-9

## **RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Cerrado - Sicredi Vale do Cerrado, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Cerrado - Sicredi Vale do Cerrado  
CNPJ/MF nº 32.983.165/0001-17

ATIVO	31/12/2019	31/12/2018	PASSIVO	31/12/2019	31/12/2018
<b>CIRCULANTE</b>	<b>1.082.539</b>	<b>810.601</b>	<b>CIRCULANTE</b>	<b>787.338</b>	<b>615.260</b>
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	12.174	6.128	DEPÓSITOS (NOTA 12)	180.539	158.205
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (NOTA 06)	93.632	-	Depósitos à Vista	123.057	102.320
Carteira Própria	93.632	-	Depósitos Interfinanceiros	53.677	51.547
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	123.187	174.069	Depósitos a Prazo	3.805	4.338
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	1	3	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 13)	531.203	388.491
Correspondentes no país	54	2	Repasse Interfinanceiros	531.203	388.491
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	123.132	174.064	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	987	813
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 07)	801.843	588.801	Recursos em Trânsito de Terceiros	987	813
Operações de Crédito	844.854	619.177	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 14)	8.076	12.390
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(43.011)	(30.376)	Empréstimos País - Outras Instituições	8.076	12.390
OUTROS CRÉDITOS	30.774	25.070	OUTRAS OBRIGAÇÕES	66.533	55.361
Créditos por Avais e Fianças Honradas	534	597	Cobrança e Arrecadação de Tributos	340	182
Rendas a Receber	1.481	1.511	Sociais e Estatutárias	6.223	5.861
Diversos (NOTA 08)	29.750	23.730	Fiscais e Previdenciárias	720	999
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(991)	(768)	Diversas (NOTA 15)	59.250	48.319
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 09)	20.929	16.533			
Outros Valores e Bens	23.916	20.064			
(Provisão para desvalorização)	(3.064)	(3.629)			
Despesas Antecipadas	77	98			
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>371.355</b>	<b>186.532</b>	<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>439.482</b>	<b>200.493</b>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	371.355	186.532	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	439.482	200.493
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	23.796	359	DEPÓSITOS (NOTA 12)	339.538	176.918
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	23.796	359	Depósitos Interfinanceiros	67.060	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 07)	300.186	155.048	Depósitos a Prazo	272.478	176.918
Operações de Crédito	330.183	180.860	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 13)	95.000	15.575
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(29.997)	(25.812)	Repasse Interfinanceiros	95.000	15.575
OUTROS CRÉDITOS	312	486	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 14)	4.944	8.000
Diversos (NOTA 08)	314	587	Empréstimos País - Outras Instituições	4.944	8.000
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(2)	(101)			
INVESTIMENTOS (NOTA 10)	22.752	16.394	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>227.074</b>	<b>181.380</b>
Outros Investimentos	22.752	16.394	CAPITAL SOCIAL (NOTA 17)	134.591	105.963
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 11)	20.856	11.398	De Domiciliados no País	138.807	107.314
Imóveis de Uso	4.121	4.100	(Capital a Realizar)	(4.216)	(1.351)
Outras Imobilizações de Uso	22.108	11.528	RESERVAS DE SOBRAS	78.314	61.264
(Depreciação acumulada)	(5.373)	(4.230)	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	14.169	14.153
INTANGÍVEL (NOTA 11)	3.453	2.847			
Outros Ativos Intangíveis	6.696	5.378			
(Amortização acumulada)	(3.243)	(2.531)			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>1.453.894</b>	<b>997.133</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>1.453.894</b>	<b>997.133</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS**  
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Cerrado - Sicredi Vale do Cerrado  
CNPJ/MF nº 32.983.165/0001-17

Descrição das contas	01/07/2019 a 31/12/2019			01/01/2019 a 31/12/2019			01/01/2018 a 31/12/2018		
	Ato Cooperativo	(Não Auditado) Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
<b>INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>73.661</b>	-	<b>73.661</b>	<b>133.858</b>	<b>4</b>	<b>133.862</b>	<b>104.496</b>	-	<b>104.496</b>
Operações de Crédito	72.924	-	72.924	133.110	4	133.114	104.482	-	104.482
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	737	-	737	748	-	748	14	-	14
<b>DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(50.052)</b>	<b>(69)</b>	<b>(50.121)</b>	<b>(81.719)</b>	<b>(139)</b>	<b>(81.858)</b>	<b>(59.151)</b>	<b>(163)</b>	<b>(59.314)</b>
Operações de Captação no Mercado	(10.885)	(34)	(10.919)	(20.350)	(57)	(20.407)	(12.108)	(44)	(12.152)
Operações de Empréstimos e Repasses	(18.970)	(35)	(19.005)	(32.746)	(82)	(32.828)	(32.560)	(119)	(32.679)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(20.197)	-	(20.197)	(28.623)	-	(28.623)	(14.483)	-	(14.483)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>23.609</b>	<b>(69)</b>	<b>23.540</b>	<b>52.139</b>	<b>(135)</b>	<b>52.004</b>	<b>45.345</b>	<b>(163)</b>	<b>45.182</b>
<b>OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(12.688)</b>	<b>4.793</b>	<b>(7.895)</b>	<b>(20.500)</b>	<b>8.479</b>	<b>(12.021)</b>	<b>(14.628)</b>	<b>5.947</b>	<b>(8.681)</b>
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	4.171	6.026	10.197	8.815	11.551	20.366	8.475	9.286	17.761
Rendas de Tarifas Bancárias	3.220	-	3.220	6.396	-	6.396	5.575	-	5.575
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(9.659)	(939)	(10.598)	(17.388)	(1.578)	(18.966)	(14.174)	(1.141)	(15.315)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 20)	(10.693)	(1.262)	(11.955)	(19.565)	(2.194)	(21.759)	(15.921)	(1.725)	(17.646)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(33)	(305)	(338)	(75)	(584)	(659)	(68)	(469)	(537)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 21)	8.304	1.772	10.076	18.267	2.179	20.446	17.365	639	18.004
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 22)	(7.998)	(499)	(8.497)	(16.950)	(895)	(17.845)	(15.880)	(643)	(16.523)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>10.921</b>	<b>4.724</b>	<b>15.645</b>	<b>31.639</b>	<b>8.344</b>	<b>39.983</b>	<b>30.717</b>	<b>5.784</b>	<b>36.501</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>	<b>1.755</b>	-	<b>1.755</b>	<b>(56)</b>	-	<b>(56)</b>	<b>(700)</b>	<b>258</b>	<b>(442)</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>	<b>12.676</b>	<b>4.724</b>	<b>17.400</b>	<b>31.583</b>	<b>8.344</b>	<b>39.927</b>	<b>30.017</b>	<b>6.042</b>	<b>36.059</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	-	<b>677</b>	<b>677</b>	-	<b>(331)</b>	<b>(331)</b>	-	<b>397</b>	<b>397</b>
Provisão para Imposto de Renda	-	427	427	-	(196)	(196)	-	260	260
Provisão para Contribuição Social	-	250	250	-	(135)	(135)	-	137	137
<b>PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS</b>	<b>(1.746)</b>	-	<b>(1.746)</b>	<b>(2.917)</b>	-	<b>(2.917)</b>	<b>(2.770)</b>	-	<b>(2.770)</b>
<b>RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS</b>	<b>10.930</b>	<b>5.401</b>	<b>16.331</b>	<b>28.666</b>	<b>8.013</b>	<b>36.679</b>	<b>27.247</b>	<b>6.439</b>	<b>33.686</b>
<b>RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS</b>	-	-	-	<b>8.013</b>	<b>(8.013)</b>	-	<b>6.439</b>	<b>(6.439)</b>	-
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES</b>	<b>10.930</b>	<b>5.401</b>	<b>16.331</b>	<b>36.679</b>	-	<b>36.679</b>	<b>33.686</b>	-	<b>33.686</b>
<b>DESTINAÇÕES</b>	-	-	-	<b>(22.510)</b>	-	<b>(22.510)</b>	<b>(19.533)</b>	-	<b>(19.533)</b>
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(7.043)	-	(7.043)	(5.380)	-	(5.380)
Fates - Estatutário	-	-	-	(1.417)	-	(1.417)	(1.415)	-	(1.415)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(12.752)	-	(12.752)	(12.738)	-	(12.738)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(1.298)	-	(1.298)	-	-	-
<b>SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO</b>	-	-	-	<b>14.169</b>	-	<b>14.169</b>	<b>14.153</b>	-	<b>14.153</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Cerrado - Sicredi Vale do Cerrado

CNPJ/MF nº 32.983.165/0001-17

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Expansão	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
<b>Saldos no início do período em 01/01/2018</b>	<b>74.213</b>	<b>48.526</b>	-	<b>9.143</b>	<b>131.882</b>
Destinação resultado exercício anterior					
Distribuição de sobras para associados	9.064	-	-	(9.064)	-
Outras destinações	-	-	-	(79)	(79)
Capital de associados					
Aumento de capital	21.837	-	-	-	21.837
Baixas de capital	(4.109)	-	-	-	(4.109)
Resultado do período	-	-	-	33.686	33.686
Destinações					
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(1.415)	(1.415)
Reserva Legal - Estatutária	-	12.738	-	(12.738)	-
Juros sobre o Capital Próprio	4.958	-	-	(5.380)	(422)
<b>Saldos no fim do período em 31/12/2018</b>	<b>105.963</b>	<b>61.264</b>	-	<b>14.153</b>	<b>181.380</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>31.750</b>	<b>12.738</b>	-	<b>5.010</b>	<b>49.498</b>
<b>Saldos no início do período em 01/01/2019</b>	<b>105.963</b>	<b>61.264</b>	-	<b>14.154</b>	<b>181.381</b>
Destinação resultado exercício anterior					
Distribuição de sobras para associados	11.060	-	-	(11.060)	-
Destinações para reservas	-	-	3.000	(3.000)	-
Outras destinações	-	-	-	(94)	(94)
Capital de associados					
Aumento de capital	16.224	-	-	-	16.224
Baixas de capital	(5.174)	-	-	-	(5.174)
Resultado do período	-	-	-	36.679	36.679
Destinações					
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(1.417)	(1.417)
Reserva Legal - Estatutária	-	12.752	-	(12.752)	-
Juros sobre o Capital Próprio	6.518	-	-	(7.043)	(525)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.298	-	(1.298)	-
<b>Saldos no fim do período em 31/12/2019</b>	<b>134.591</b>	<b>75.314</b>	<b>3.000</b>	<b>14.169</b>	<b>227.074</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>28.628</b>	<b>14.050</b>	<b>3.000</b>	<b>15</b>	<b>45.693</b>
<b>Saldos no início do período em 01/07/2019</b>	<b>121.720</b>	<b>61.264</b>	<b>3.000</b>	<b>20.348</b>	<b>206.332</b>
Capital de associados					
Aumento de capital	8.996	-	-	-	8.996
Baixas de capital	(2.643)	-	-	-	(2.643)
Resultado do período	-	-	-	16.331	16.331
Destinações					
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(1.417)	(1.417)
Reserva Legal - Estatutária	-	12.752	-	(12.752)	-
Juros sobre o Capital Próprio	6.518	-	-	(7.043)	(525)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.298	-	(1.298)	-
<b>Saldos no fim do período em 31/12/2019</b>	<b>134.591</b>	<b>75.314</b>	<b>3.000</b>	<b>14.169</b>	<b>227.074</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>12.871</b>	<b>14.050</b>	-	<b>(6.179)</b>	<b>20.742</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
(Em milhares de Reais)

**Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Cerrado - Sicredi Vale do Cerrado**  
CNPJ/MF nº 32.983.165/0001-17

	01/07/2019 a 31/12/2019 (Não Auditado)	01/01/2019 a 31/12/2019	01/01/2018 a 31/12/2018
<b>RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO APÓS AJUSTES AO RESULTADO</b>	<b>27.282</b>	<b>53.629</b>	<b>42.890</b>
Resultado do semestre/exercício	16.331	36.679	33.686
<b>AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO</b>	<b>10.951</b>	<b>16.950</b>	<b>9.204</b>
Provisão para operações de crédito	13.492	16.820	9.151
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(2.140)	(565)	(1.186)
Provisão para desvalorização de outros créditos	158	124	359
Depreciação do imobilizado de uso	647	1.257	1.285
Amortização do intangível	403	712	566
Baixas do ativo permanente	1	22	356
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	(103)	(64)	67
Destinações ao FATES	(1.417)	(1.417)	(1.415)
Dividendos SicrediPar	(90)	61	21
<b>VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS</b>	<b>(122.570)</b>	<b>(90.533)</b>	<b>(31.496)</b>
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(23.425)	(23.437)	(164)
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários	(93.632)	(93.632)	-
Redução em relações interfinanceiras ativas	3.417	2	4
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	22	(52)	14
(Aumento) Redução em operações de crédito	(243.300)	(375.000)	(297.090)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	218.784	222.137	180.891
(Aumento) Redução em outros créditos	(5.507)	(5.715)	(10.676)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	1.963	(3.831)	8.096
Aumento (Redução) em depósitos	(9.188)	184.954	132.646
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	(427)	174	193
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	879	(7.370)	(58.273)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(607)	(1.415)	(914)
Aumento em outras obrigações	28.451	12.652	13.777
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)</b>	<b>(95.288)</b>	<b>(36.904)</b>	<b>11.394</b>
Aquisição de Investimentos	(6.358)	(6.358)	-
Aquisição de Imobilizado de Uso	(6.195)	(10.737)	(2.714)
Aplicações no Intangível	(1.065)	(1.318)	(1.219)
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)</b>	<b>(13.618)</b>	<b>(18.413)</b>	<b>(3.933)</b>
Integralização de capital	8.996	16.224	21.837
Baixa de capital	(2.643)	(5.174)	(4.109)
Juros ao capital próprio	(525)	(525)	(422)
Distribuição de Sobras	-	(94)	(79)
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)</b>	<b>5.828</b>	<b>10.431</b>	<b>17.227</b>
<b>AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>	<b>(103.078)</b>	<b>(44.886)</b>	<b>24.688</b>
Caixa e equivalente de caixa no início do período	238.384	180.192	155.504
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	135.306	135.306	180.192

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018**  
(EM MILHARES DE REAIS)

**NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL**

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Cerrado - Sicredi Vale do Cerrado ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Centro Norte do Brasil - Central Sicredi Centro Norte e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 05/09/1989 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
  - ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
  - iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.
- A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2019, está organizado por 110 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.861 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

**NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 04 de março de 2020.

**NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS**

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

**a) Apuração do resultado**

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

**b) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

**c) Aplicações interfinanceiras de liquidez**

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

**d) Títulos e valores mobiliários**

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

**e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira**

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

**f) Operações de crédito**

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

**g) Provisão para operações de crédito**

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

**h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)**

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

**i) Investimentos**

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

**j) Imobilizado de uso**

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

**k) Intangível**

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logísticos, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

**l) Redução ao valor recuperável de ativos**

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

**m) Depósitos a prazo**

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

**n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)**

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

**o) Impostos e contribuições**

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

**p) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas**

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

**q) Estimativas contábeis**

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

**NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2019	2018
Disponibilidades	12.174	6.128
Caixa	12.174	6.128
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	123.132	174.064
Total	135.306	180.192

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2019 equivale a 99% do CDI (2018 - 100%).

**NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ**

	2019	2018
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	23.796	359
DI entre Banco e Cooperativas (i)	23.796	-
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	359
Total não circulante	23.796	359

(i) Refere-se a aplicações que as Cooperativas realizam no Banco para cobrir a necessidade de garantias às captações para a linha MCR (Reciprocidades) e de antecipações de recebíveis realizadas pelos associados na aquisição, com taxas de remuneração de 100% e 105% do CDI, respectivamente.

**NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

	2019	2018
Cotas de Fundos Multimercado (i)	93.632	-
Total circulante	93.632	-

(i) Refere-se a aplicações em operações com Fundos de Investimentos, a qual a cooperativa passou a investir diretamente no ano de 2019. Anteriormente essas operações eram realizadas pela Central, através da Centralização Financeira.

**NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO**

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

**a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação**

Operações de crédito	2019			2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	332.412	155.874	488.286	333.663
Financiamentos	83.040	77.241	160.281	79.276
Financiamentos rurais e agroindustriais	429.402	97.068	526.470	387.098
Carteira total	844.854	330.183	1.175.037	800.037

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2019			2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	534	-	534	597
Devedores por compra de valores e bens	90	306	396	784
Títulos e créditos a receber (i)	25.996	8	26.004	16.278
Total	26.620	314	26.934	17.659

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

**b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco**

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos	
		2019	2018	2019	2018
Nível AA	-	-	2	-	-
Nível A	0,50	302.782	214.181	1.514	1.071
Nível B	1,00	411.077	250.849	4.111	2.507
Nível C	3,00	346.406	233.483	10.392	7.005
Nível D	10,00	61.187	49.616	6.119	4.962
Nível E	30,00	20.967	17.855	6.290	5.357
Nível F	50,00	22.153	27.008	11.077	13.504
Nível G	70,00	9.671	6.836	6.770	4.785
Nível H	100,00	27.728	17.866	27.728	17.866
Total		1.201.971	817.696	74.001	57.057

**c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento**

Setor	Vencidas a partir de 15 dias	2019			Total da Carteira	2018
		A vencer				
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	8.886	67.132	173.987	126.311	376.316	252.901
Rural	9.071	31.573	388.758	97.068	526.470	387.098
Industrial	101	1.504	1.381	2.356	5.342	5.781
Comércio	2.384	38.705	87.290	65.856	194.235	113.583
Outros Serviços	1.013	20.929	38.760	38.906	99.608	58.333
Total	21.455	159.843	690.176	330.497	1.201.971	817.696

**d) Concentração das operações de crédito**

	2019	%	2018	%
10 maiores devedores	98.788	8,22	81.428	9,96
50 devedores seguintes	325.144	27,05	232.956	28,49
100 devedores seguintes	316.648	26,34	216.675	26,50
Demais	461.391	38,39	286.637	35,05
Total	1.201.971	100	817.696	100

**e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos**

	2019	2018
Saldo inicial	57.057	47.547
Constituição de provisão	28.623	14.483
Movimentação de baixados para prejuízo	(11.679)	(4.973)
Saldo final	74.001	57.057

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 3.695 (2018 - R\$ 6.298), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 77.126 (2018 - R\$ 74.820).

**NOTA 08 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS**

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2019	2018
Adiantamentos e antecipações salariais	72	60
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	1.607	448
Devedores por compra de valores e bens	90	199
Devedores por depósitos em garantia	131	114
Impostos e contribuições a compensar	372	757
Títulos e créditos a receber (ii)	25.996	16.276
Cotas de consórcio	48	-
Devedores por convênios	427	461
Operações com cartões	364	386
Pendências a regularizar	10	418
Outros	633	4.611
<b>Total Circulante</b>	<b>29.750</b>	<b>23.730</b>

Devedores por compra de valores e bens	306	585
Títulos e créditos a receber (ii)	8	2
<b>Total não circulante</b>	<b>314</b>	<b>587</b>

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

(ii) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

**NOTA 09 – OUTROS VALORES E BENS**

	2019	2018
Bens não de uso próprio	23.916	20.064
Imóveis	22.779	18.927
Máquinas e equipamentos	1.116	-
Bens em regime especial	-	1.137
Outros bens não de uso próprio	21	-
Despesas antecipadas	77	98
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(3.064)	(3.629)
<b>Total Circulante</b>	<b>20.929</b>	<b>16.533</b>

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 3.064 (2018 - R\$ 3.629) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

**NOTA 10 – INVESTIMENTOS**

Registrados ao custo de aquisição	2019	2018
Cooperativa Central Sicredi Centro Norte	8.738	7.085
Sicredi Participações S.A.	14.006	9.301
Outras Participações e Investimentos	8	8
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Outros Investimentos	7	7
<b>Total</b>	<b>22.752</b>	<b>16.394</b>

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Número de ações/quotas possuídas	6.084.221 ON 12.626.693 PN	3.019.733 ON 6.281.636 PN	1 Quotas	1 Quotas	8.737.627 Quotas	7.084.599 Quotas
Percentual de participação	1,78%	1,06%	0,62%	0,62%	6,93%	6,03%
Capital social	969.491	880.597	164	164	126.127	117.452
Patrimônio líquido	989.638	906.341	312.950	252.691	131.820	123.287
Lucro líquido do exercício	6.514	14.956	60.259	12.122	764	163
Valor do investimento	14.006	9.301	1	1	8.738	7.085

**NOTA 11 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL**

	Taxas anuais de depreciação %	2019			2018
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	26.229	(5.373)	20.856	11.398
Imobilizações em curso	-	11.623	-	11.623	2.323
Terrenos	-	1.450	-	1.450	1.450
Edificações	4%	2.671	(715)	1.956	2.054
Instalações	10%	4.996	(2.196)	2.800	3.170
Móveis e equipamentos de uso	10%	1.760	(608)	1.152	860
Sistema de comunicação	10%	280	(116)	164	178
Sistema de processamento de dados	20%	2.978	(1.560)	1.418	1.028
Sistema de segurança	10%	277	(71)	206	198
Sistema de transporte	20%	194	(107)	87	137
<b>Intangível (i)</b>		<b>6.696</b>	<b>(3.243)</b>	<b>3.453</b>	<b>2.847</b>
Investimentos Confederação		5.762	(3.180)	2.582	2.843
Outros ativos intangíveis		934	(63)	871	4
<b>Total</b>		<b>32.925</b>	<b>(8.616)</b>	<b>24.309</b>	<b>14.245</b>

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

**NOTA 12 – DEPÓSITOS**

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2019			Total	2018 Total
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Depósitos à vista	123.057	-	-	123.057	102.320
Depósitos Interfinanceiros	4.179	49.498	67.060	120.737	51.547
Depósitos a prazo	2.316	1.489	272.478	276.283	181.256
<b>Total</b>	<b>129.552</b>	<b>50.987</b>	<b>339.538</b>	<b>520.077</b>	<b>335.123</b>

**NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS**

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2019	2018
Recursos do Crédito Rural	398.261	316.167
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	398.261	316.167
Outros Recursos	132.942	72.324
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	132.942	72.324
<b>Total circulante</b>	<b>531.203</b>	<b>388.491</b>
Recursos do Crédito Rural	95.000	15.575
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	95.000	15.575
<b>Total não circulante</b>	<b>95.000</b>	<b>15.575</b>

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa até 8% a.a. com vencimentos até 19/02/2024, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

**NOTA 14 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS**

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2019	2018
Empréstimos no País - outras instituições	8.076	12.390
Cooperativa Central Sicredi Centro Norte	-	4.208
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	8.076	8.182
<b>Total circulante</b>	<b>8.076</b>	<b>12.390</b>
Empréstimos no País - outras instituições	4.944	8.000
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	4.944	8.000
<b>Total não circulante</b>	<b>4.944</b>	<b>8.000</b>

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de CDI + 0,85% com vencimento em 15/10/2026.

**NOTA 15 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS**

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2019	2018
Cheques administrativos	17.432	16.385
Obrigações por convênios oficiais	3	3
Provisão para pagamentos a efetuar	2.087	1.664
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas (Nota 16)	26	90
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	7.270	7.673
Pendências a regularizar	294	441
Operações com cartões	25.883	16.771
Contas a pagar - empresas do grupo	897	694
Demais fornecedores	1.749	1.236
Credores diversos	3.609	3.362
<b>Total circulante</b>	<b>59.250</b>	<b>48.319</b>

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

**NOTA 16 – PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS**

A Cooperativa possui provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2019	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2019
Cível	90	62	(126)	26
<b>Total</b>	<b>90</b>	<b>62</b>	<b>(126)</b>	<b>26</b>

Natureza	Probabilidade de perda	2019	2018
Cível	Provável	26	90
<b>Total</b>		<b>26</b>	<b>90</b>

Em 31 de dezembro de 2019, a Cooperativa possuía também processos de natureza Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 4.710; R\$ 21 (2018 - R\$ 3.998 e R\$ 31), respectivamente.

**NOTA 17 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO****a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2019	2018
Capital Social	134.591	105.963
Total de associados	31.433	23.903

Em 31 de dezembro de 2019, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 28.628 (2018 – R\$ 31.750), sendo R\$ 17.578 (2018 – R\$ 14.022) via integralização de resultados e R\$ 16.224 (2018 – R\$ 21.837), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 5.174 (2018 – R\$ 4.109).

**b) Juros ao Capital**

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 6,03% em Conta Capital, no montante de R\$ 7.043, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

**c) Destinações**

A Cooperativa destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 45% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

Além das destinações citadas acima, a Cooperativa também destinou os valores recuperados referentes a prejuízo de anos anteriores para a Reserva Legal de acordo com a definição do Conselho de Administração.

**NOTA 18 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2019	2018
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	37.010	33.289
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(14.804)	(13.981)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos Fiscais	13	3
Provisão resgate de milhas cartão	6	60
Brindes e Doações	(35)	-
Provisão PPR e Outras Gratificações	(10)	(2)
Receita com atos cooperativos	11.466	11.444
Juros sobre capital próprio	2.817	2.260
Prejuízo fiscal	157	-
Lucros e dividendos	36	-
Outros	24	613
Subtotal	14.474	14.378
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(331)	397

**NOTA 19 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS****a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2019	2018
<b>Ativo</b>		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	23.796	359
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 06)	93.632	-
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	123.132	174.064
Outros Créditos - Rendas a receber	1.266	1.263
Outros Créditos - Diversos (Nota 08)	845	294
Investimentos (Nota 10)	22.745	16.387
Intangível (Nota 11)	2.582	2.843
<b>Passivo</b>		
Depósitos Interfinanceiros (Nota 12)	16.291	-
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13)	626.203	404.066
Obrigações por empréstimos (Nota 14)	13.020	20.390
Outras Obrigações - Diversas (Nota 15)	25.665	16.818
<b>Receitas</b>		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	747	14
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	8.999	8.130
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 21)	13.684	12.638
<b>Despesas</b>		
Operações de Captação no Mercado	430	-
Operações de Empréstimos e Repasses	32.828	32.679
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 20)	2.514	1.411
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 22)	7.471	6.620

**b) Transações com administradores**

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2019	% em relação ao total	2018
Depósitos à vista	288	0,23%	1.351
Depósitos a prazo	4.687	1,70%	4.026
Operações de crédito	5.831	0,50%	5.735

**c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração**

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2019	2018
Pessoas chave da administração	2.566	2.492

**NOTA 20 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS**

	2019	2018
Despesa de água, energia e gás	582	468
Despesa de aluguéis	1.227	1.143
Despesa de comunicação	834	723
Despesa de manutenção e conservação	1.312	873
Despesa de material	642	429
Despesa processamento dados	558	323
Despesa de promoções e relações públicas	3.138	2.774
Despesa de propaganda e publicidade	185	282
Despesa de seguro	119	103
Despesa de serviços do sistema financeiro	1.332	1.235
Despesa de serviços de terceiros	1.174	629
Despesa de serviços de vigilância e segurança	779	560
Despesa de serviços de técnicos especializados	1.775	1.474
Despesa de serviços de transportes	1.188	824
Despesa de viagem	386	217
Despesa de depreciação e amortização	1.319	1.286
Depreciação e amortização (Rateio Confederação)	650	565
Dispêndios assistência técnica, social e educacional	1.737	1.242
Despesa de emolumentos judiciais, cartorários e taxas diversas	587	467
Outras despesas administrativas	2.235	2.029
Total	21.759	17.646

**NOTA 21 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS**

	2019	2018
Recuperação de encargos e despesas	992	840
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	13.174	12.238
Reversão de provisões operacionais	4.588	3.490
Outras rendas operacionais	1.692	1.436
Total	20.446	18.004

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

**NOTA 22 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS**

	2019	2018
Descontos concedidos em renegociação e crédito	3.476	3.398
Contribuições Cooperativistas	138	132
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	1.457	917
Contribuição Confederação Sicredi	5.070	3.948
Cooperativa Central Sicredi Centro Norte	1.017	897
Encargos da administração financeira	70	81
Repasse administradora de Cartões	219	193
Despesas de Cartões: emissão, postagem e processamento	1.381	1.059
Fianças bancárias	3.238	3.929
Outras provisões operacionais	754	562
Outras despesas operacionais	1.025	1.407
Total	17.845	16.523

**NOTA 23 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS**

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2019	2018
Beneficiários de garantias prestadas (i)	205.324	191.982
Coobrigações em cessões de crédito	5	6
Total	205.329	191.988

(i) Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

**NOTA 24 – GERENCIAMENTO DE RISCOS**

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:



## I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

## II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios.

## III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

## IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreio e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez fixado na RAS;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

## V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do site [www.sicredi.com.br](http://www.sicredi.com.br), no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

**NOTA 25 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO**

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2019	2018
Patrimônio de Referência (PR)	223.621	178.534
Nível I (NI)	223.621	178.534
Capital principal - CP	223.621	178.534
Capital social	134.591	105.963
Reservas de capital	78.314	61.264
Lucros acumulados	14.169	14.153
Ajustes Prudenciais	(3.453)	(2.846)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	1.416.375	1.083.592
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	1.480	1.944
Margem de Capital (i)	73.422	62.813
Índice de Basileia (PR / RWA)	15,79%	16,48%
Situação de Imobilização (Imob)	20.863	11.406
Índice de Imobilização (Imob / PR)	9,33%	6,39%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

**NOTA 26 – SEGUROS CONTRATADOS**

Em 31 de dezembro de 2019, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

Vanderlei Fiametti  
Diretor Executivo  
CPF: 710.769.569-04

Sérgio Antônio Alves  
Diretor de Operações  
CPF: 051.123.018-48

Eduardo Netto Sarubbi  
Contador  
CRC: RS-060899/O-8  
CPF: 694.157.650-20